POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA T4F ENTRETENIMENTO S.A.

1 OBJETIVO

- 1.1** A presente Política de Transações com Partes Relacionadas (“**Política**”) tem como principais objetivos assegurar que as transações da T4F Entretenimento S.A. (“**Companhia**”) e de suas controladas envolvendo Partes Relacionadas (conforme definido abaixo) sejam realizadas no melhor interesse da Companhia e de suas controladas, conforme o caso, e fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade.
- 1.2** Esta Política não exaure os temas aqui abordados, devendo ser sempre observada em conjunto com a legislação e regulamentação aplicáveis.
- 1.3** O simples fato da existência de relacionamentos com Partes Relacionadas pode significar comprometimento nas transações da Companhia e/ou de suas controladas com outras partes requerendo, desta forma, que: (i) a existência de relacionamentos com Partes Relacionadas seja divulgada adequadamente; (ii) as decisões relativas às operações e tomadas de decisão sejam feitas evitando-se uma influência direta de Partes Relacionadas; e (iii) as transações desta natureza sejam realizadas respeitando termos e condições habituais de mercado (*arm’s length*), conforme descrito no item 4 abaixo.

2 ABRANGÊNCIA

- 2.1** A presente Política abrange, mas não se limita a, todos os administradores da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas, bem como aos seus respectivos procuradores, responsáveis técnicos e/ou administrativos, empregados, colaboradores, consultores, terceiros interpostos e seus respectivos familiares, incluindo cônjuges ou companheiros(as), seus filhos, os filhos de seus cônjuges ou companheiros(as), e seus dependentes ou os de seus cônjuges e companheiros(as).
- 2.2** É obrigação de todos (i) guardar sigilo e confidencialidade das informações relativas a atos ou fatos relevantes às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupem, até a sua divulgação ao mercado; (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento; bem como (iii) jamais usar as informações às quais tenha acesso para realizar negócios particulares ou beneficiar terceiros, independente do resultado.

3 DEFINIÇÕES

- 3.1** Nos termos da regulamentação aplicável, em especial a Resolução CVM nº 94, de 20 de maio de 2022 (“**Resolução CVM 94**”), bem como o Pronunciamento Técnico CPC nº 5, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, é considerada parte relacionada, para fins da presente Política, a pessoa ou a sociedade que está relacionada com a Companhia conforme indicado a seguir (“**Parte Relacionada**”):
- (i) uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, que:
 - (a) tiver o controle pleno ou compartilhado da Companhia;

- (b) tiver Influência Significativa (conforme definido abaixo) sobre a Companhia; ou
 - (c) for membro do pessoal chave da administração da Companhia ou de sua controladora.
- (ii) uma entidade que:
- (a) pertença ao mesmo grupo econômico da Companhia;
 - (b) é coligada ou controlada em conjunto (*joint venture*) da Companhia (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a Companhia é membro);
 - (c) estiver, junto com a Companhia, sob controle conjunto (*joint venture*) de uma terceira entidade;
 - (d) estiver sob controle conjunto (*joint venture*) de uma terceira entidade e a Companhia for coligada dessa terceira entidade e vice-versa;
 - (e) seja controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada no item (i) acima;
 - (f) esteja sob Influência Significativa de qualquer pessoa identificada na letra (i)(a) acima, ou se esta pessoa for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade);
 - (g) é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a Companhia e a que está relacionada com a Companhia; ou
 - (h) ela própria, ou qualquer membro de grupo do qual ela faz parte, forneça serviços de pessoal chave da administração da Companhia ou à controladora da Companhia.

Para os fins do item 3.1 acima, “**Influência Significativa**” é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Influência Significativa pode ser obtida por meio de participação societária, disposições estatutárias ou acordo de acionistas.

3.1.2 Para os fins do item 3.1(i) acima, serão considerados “membros próximos da família de uma pessoa” aqueles membros da família dos quais se pode esperar que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios desses membros com a Companhia e incluem:

- (i) os filhos da pessoa, cônjuge ou companheiro(a);
- (ii) os filhos do cônjuge da pessoa ou de companheiro(a); ou
- (iii) dependentes da pessoa, de seu cônjuge ou companheiro(a).

3.2 Para os fins do item 3.1 acima, “pessoal chave da administração” são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro) da Companhia.

3.3 Ao considerar cada um dos possíveis relacionamentos com Partes Relacionadas, a atenção deve ser direcionada para a essência do relacionamento e não meramente para sua forma legal. Nesse sentido, no contexto desta Política, não são consideradas Partes Relacionadas:

- (i) duas sociedades simplesmente por terem administrador ou outro membro do pessoal chave da administração em comum, ou porque um membro-chave da administração da sociedade exerce Influência Significativa sobre a outra sociedade;
- (ii) dois investidores simplesmente por compartilharem o controle conjunto sobre um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*);
- (iii) (a) entidades que proporcionam financiamentos; (b) sindicatos; (c) entidades prestadoras de serviços públicos; e (d) departamentos e agências governamentais que não controlam, de modo pleno ou em conjunto, ou exercem Influência Significativa sobre a Companhia, simplesmente em virtude dos seus negócios normais com a Companhia (mesmo que possam afetar a liberdade de ação da Companhia ou participar no seu processo de tomada de decisões); e
- (iv) cliente, fornecedor, franqueador, concessionário, distribuidor ou agente geral com quem a Companhia mantém volume significativo de negócios, meramente em razão da resultante dependência econômica.

3.4 É considerada transação com Parte Relacionada, para fins desta Política e nos termos da legislação aplicável, qualquer operação da Companhia que trate de transferência de bens, recursos, direitos, obrigações, contratação ou prestação de serviços, negócios, disputas ou ações que envolvam Partes Relacionadas, independentemente de haver ou não um preço em contrapartida à transação e de estarem representadas por outras pessoas jurídicas ou físicas (“**Transações com Partes Relacionadas**”).

3.4.1 As definições contidas na presente Política são meramente exemplificativas.

3.4.2 Para quaisquer definições, análises ou julgamento de operações de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas pertencentes, sob qualquer vínculo, à Companhia, além de todo o arcabouço legal aplicável, deve-se considerar também:

- (i) o Estatuto Social da Companhia;
- (ii) o Código de Conduta Ética da Companhia;
- (iii) o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia;
- (iv) as políticas internas e procedimentos relacionados à contratação ou estabelecimento de parcerias que envolvam bens, serviços, valores, benefícios dentre outros e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

4 PROCEDIMENTOS

4.1 Procedimentos para celebração de Transações com Partes Relacionadas

4.1.1 A Companhia, por meio do Comitê de Auditoria, da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, conforme o caso, atuará de forma a garantir que as Transações com Partes Relacionadas sejam:

- (i)** realizadas por escrito, especificando-se as suas principais características, inclusive acerca da possibilidade de resilição, pela Companhia, de qualquer Transação com Parte Relacionada que seja de trato sucessivo, em condições equivalentes àquelas disponíveis nos contratos com partes não relacionadas;
- (ii)** sejam realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores que representam condições comutativas;
- (iii)** estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras; e
- (iv)** observem integralmente as condições desta Política.

4.2 Análise prévia

4.2.1 Os acionistas da Companhia e/ou o pessoal chave da administração, conforme definido no item 3.2 acima, deverão informar os Departamentos Jurídico e de Relações com Investidores da Companhia sobre quaisquer transações entre eles e a Companhia de que tenham ciência.

4.2.2 Quando assim solicitado pelos Departamentos Jurídico e de Relações com Investidores da Companhia, as transações informadas deverão vir instruídas com as informações necessárias à análise de seu enquadramento como Transação com Partes Relacionadas.

4.2.3 Quando os Departamentos Jurídico e/ou de Relações com Investidores da Companhia tiver concluído sua análise sobre a transação, caberá a eles informar à Diretoria Executiva ou ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos desta Política, sobre a classificação que houver atribuído à referida transação.

4.2.4 Caso a transação informada, conforme acima, seja classificada como uma Transação com Parte Relacionada, de acordo com julgamento realizado pelos Departamento Jurídico e de Relações com Investidores da Companhia, a referida transação será submetida aos procedimentos desta Política.

4.3 Aprovações

4.3.1 As Transações com Partes Relacionadas, incluindo série de operações correlatas com Partes Relacionadas, no mesmo exercício social, cujo valor ultrapasse 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia (calculado com base no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral), deverão ser submetidas à aprovação pelo Conselho de Administração, observado que, previamente à deliberação pelo Conselho de Administração:

- (i) os Departamentos Jurídico e de Relações com Investidores da Companhia deverão apresentar ao Comitê de Auditoria as informações mínimas necessárias à análise da Transação com Partes Relacionadas, além de evidências e opinião dos gestores encarregados, se for o caso, de que há fundamento, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a Transação com Partes Relacionadas, observado o disposto na presente Política; e
- (ii) O Comitê de Auditoria, a partir da avaliação considerando as diretrizes relacionadas no item 4.3.5 abaixo, deverá se manifestar acerca da aderência aos critérios de enquadramento da operação para o Conselho de Administração.

4.3.2 Sem prejuízo do disposto no item 4.3.1 acima, a celebração de Transações com Partes Relacionadas cujo valor ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia (calculado com base no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral), deverá, ainda, ser deliberada pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 122, inciso X, da Lei das Sociedades por Ações.

4.3.3 As Transações com Partes Relacionadas que não se enquadrem nos critérios estabelecidos nos itens 4.3.1 e 4.3.2 deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva, observado o disposto nesta Política e no Estatuto Social.

4.3.4 A Companhia, por meio de sua administração, deverá envidar todos os esforços necessários para dar maior transparência aos termos e condições das Transações com Partes Relacionadas.

4.3.5 Caso a operação seja autorizada, nos termos dos itens 4.3.1, 4.3.2 ou 4.3.3 acima, conforme o caso, ela deverá ocorrer de acordo com as políticas da Companhia, suas alçadas e os parâmetros de mercado, bem como com as seguintes diretrizes:

- (i) transparência (requer que, de acordo com a relevância, as informações sejam refletidas nos relatórios institucionais, conforme aplicável, com monitoramento pelo Comitê de Auditoria, reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia);
- (ii) competitividade (em termos de prazos, garantias, taxas, formas, preços e condições dos serviços ou produtos);
- (iii) conformidade (o processo deve respeitar todo o processo de tomada de preço, verificação de condições técnicas e financeiras, coerência e aderência dos serviços prestados ou produtos fornecidos, responsabilidades e obrigações tratadas, controles adequados de segurança das informações, dentre outros); e
- (iv) equidade (as negociações devem ocorrer entre partes independentes, com formas e procedimentos que impeçam discriminação, privilégios ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros).

4.3.6 Na análise de Transações com Partes Relacionadas, a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral, conforme o caso,

deverão considerar os seguintes fatores, entre outros que julgue relevantes para a análise da transação específica:

- (i) se há motivos claros para que seja realizada a Transação com a Parte Relacionada;
- (ii) se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes;
- (iii) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;
- (iv) se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado; e
- (v) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação da Transação com a Parte Relacionada.

4.4 Transações Vedadas

4.4.1 São vedadas as seguintes Transações com Partes Relacionadas:

- (i) realizadas em violação a esta Política; e
- (ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança), a ser concedido pela Companhia:
 - (a) aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal ou dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, incluindo seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros, ou descendentes de tais pessoas ou descendentes dos seus respectivos cônjuges ou companheiros;
 - (b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas no item (a) acima; e/ou
 - (c) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau; e
- (iii) forma de remuneração a assessores, consultores ou intermediários que gerem conflito de interesses com a Companhia, seus administradores e seus acionistas.

4.4.2 É vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da

Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

5 Situações Envolvendo Conflito de Interesse e Impedimento de Voto

- 5.1** Potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.
- 5.2** Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus acionistas, administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, priorizando o interesse da Companhia.
- 5.3** Em qualquer processo decisório, incluindo as situações em que as Transações com Partes Relacionadas necessitem de aprovação nos termos desta Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação, incluindo membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que participem do processo decisório da administração, e do Conselho Fiscal (“Órgãos Deliberativos”), que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação ou no tema específico a ser objeto de avaliação ou deliberação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação ou do assunto e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação ou tema específico, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões sobre o processo decisório e respectivas deliberações.
- 5.4** Caso solicitado pelo respectivo órgão social, a pessoa que tenha um potencial conflito de interesse, poderá participar das discussões, visando à obtenção de informações adicionais sobre a transação ou a matéria e as partes envolvidas. Neste caso, deverá se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de decisão.
- 5.5** As livres manifestações de abstenção e impedimento antes ou até o momento do voto, prescindirão de análise para sua aceitação, devendo os membros da mesa da assembleia geral de acionistas e das reuniões dos órgãos sociais da Companhia, receber e analisar as manifestações de abstenção e impedimento.
- 5.6** Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo, sendo que neste caso, o impedimento também deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação ou tema específico, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.
- 5.7** A Companhia recomenda que os seus acionistas observem os itens 6.3 a 6.6 acima, conforme aplicável, de modo a administrar potenciais conflitos de interesses no âmbito de assembleia geral de acionistas, conforme as disposições legais e regulatórias a eles aplicáveis sobre conflito de interesses.
- 5.8** A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e, na medida que se refira a uma pessoa vinculada a esta Política, uma violação a presente Política.

- 5.9** Caso posteriormente à votação, uma pessoa ciente de conflito de interesse não manifestado tempestivamente comunique tal fato ao Conselho de Administração, este deverá providenciar a apuração dos fatos para eventual aplicação de medidas punitivas nos termos do Código de Conduta, se aplicável.
- 5.10** De acordo com a legislação aplicável, a deliberação tomada em decorrência do voto de acionista ou membro dos Órgãos Deliberativos que tenham interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista ou de membro dos Órgãos Deliberativos pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não tenha prevalecido, e deverá restituir a Companhia eventuais valores das vantagens que tiver auferido.
- 5.11** Anulada a deliberação tomada em decorrência do voto de acionista ou de membro dos Órgãos Deliberativos que tenha interesse conflitante com o da Companhia, no âmbito de respectiva ação anulatória, o Conselho de Administração da Companhia ou os membros aplicáveis dos Órgãos Deliberativos, deverão deliberar sobre a aprovação de nova convocação de assembleia geral de acionistas ou de reunião do respectivo órgão social para deliberar sobre a matéria prejudicada. Nessa hipótese, o acionista ou o membro dos Órgãos Deliberativos que tenha interesse conflitante poderá comparecer à referida assembleia ou reunião do respectivo órgão social e discutir as matérias postas para deliberação, não podendo, contudo, proferir seu voto, caso o interesse conflitante permaneça. Caso manifeste o seu voto, o presidente da mesa não o computará.

6 PENALIDADES

- 6.1** Qualquer violação ao disposto na presente Política pode configurar falta grave em relação ao vínculo ou relação que quaisquer das pessoas submetidas à esta Política tenham com a Companhia, além de poder configurar ato ilícito civil e/ou criminal.
- 6.2** No exercício dos seus direitos, e de acordo com a legislação, a Companhia procederá a identificação e processamento da apuração, podendo concluir pela punição administrativa (*enforcement*) das pessoas que violarem quaisquer aspectos da presente Política.
- 6.3** Ademais, a divulgação de qualquer informação importante e/ou reservada da Companhia que não seja pública (*insider information*), com prática de atos ou fatos que busquem a intenção de vantagem própria ou mesmo que revele a terceiros (*tipping*), independente do resultado, bem como a prática de *insider trading* configura ato ilícito, pelo comportamento desleal que viola a segurança, concorrência leal, a competitividade e igualdade de condição jurídica no mercado. Além de consequências no âmbito cível e administrativo, as penalidades previstas no ordenamento jurídico brasileiro chegam a ser privativas de liberdade (reclusão) e multa de até 3 (três) vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.

7 OBRIGAÇÃO DE DIVULGAÇÃO

- 7.1** A Companhia está obrigada a divulgar Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com o artigo 247 da Lei das Sociedades por Ações, com a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 80**”) e com a Resolução CVM 94.

- 7.2** A Companhia deve divulgar informações sobre Transações com Partes Relacionadas por meio de suas demonstrações contábeis periódicas e do Formulário de Referência da Companhia, e, ainda, quando aplicável por meio de comunicado ao mercado, nos termos do Anexo F da Resolução CVM 80 e/ou por meio de fato relevante, quando a operação assim se configurar, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis, de modo a assegurar a transparência do processo aos acionistas, aos investidores e ao mercado.

8 DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1** A presente Política deverá ser revisitada periodicamente, quer seja para assegurar a melhoria contínua das práticas de governança corporativa, quer seja em razão de alterações estatutárias, legislativas ou demais normatizações, devendo ser revisada, aprovada e registrada em ata do Conselho de Administração.
- 8.2** Esta Política foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de abril de 2022, data em que entrou em vigor, sendo alterada na reunião de 21 de março de 2025 do Conselho de Administração, e permanecerá por tempo indeterminado, podendo ser consultada no site da Comissão de Valores Mobiliários e também no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.t4f.com.br).

* * *